

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE 2 DE MARÇO DE 2021

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, no Auditório Municipal, pelas vinte e uma horas e quinze minutos iniciou-se a sessão Ordinária da Assembleia Municipal do Peso da Régua de harmonia com a convocatória de 23 de fevereiro de 2021, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1) Apreciação da informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e da situação financeira do Município.
- 2) Apresentação, discussão e aprovação do “pedido de autorização prévia para contratação de empréstimo de médio e longo prazo para a reabilitação e regeneração do Hospital D. Luiz I – nos termos do n.º 2, do art.º 51, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação”.
- 3) Apresentação, discussão e aprovação da “autorização para a contratação de EMLP, ao abrigo do art.º 51, n.º 1, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, para aplicação em projetos de investimentos, até ao montante de 1.877.817,94€, correspondente à contrapartida nacional de investimento municipal co-financiado pela Operação-NORTE 04-2316-FEDER-000403-Fase 1 – Reabilitação do Hospital D. Luiz I – Unidade de convalescença”.
- 4) Apresentação, discussão e aprovação das normas de controle interno.

Feita a chamada, verificou-se que não estavam presentes os Srs. Deputados Nuno José Vieira Fernandes, Fernando José Aires Lebres, Gabriela Maria Portela de Mesquita Guimarães, tendo sido substituídos pelos Srs. Deputados Carla Alexandra Paiva de Carvalho, Paulo Manuel Monteiro Carvalhosa Rocha e António Manuel Alves Serafim, respetivamente, verificando-se ainda a ausência do Deputado Fábio Sandro de Carvalho Guedes.

No conhecimento do expediente da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Mesa informou não haver nada a revelar.

No tratamento de assuntos gerais de interesse para a autarquia, usou da palavra o deputado do PS Mário Janeiro, manifestando satisfação na retificação das substituições efetuadas na Assembleia anterior e agrado no conhecimento da isenção das tarifas fixas de água e

saneamento, acrescentando que entendia que se podia estender às associações, estando o PS disponível para colaborar. Salientou ainda, que até ao dia anterior à assembleia, não tinha visto as atas das Assembleias anteriores tornadas públicas.

O Sr. Presidente da mesa informou a Assembleia que as atas já se encontravam publicadas no site do município.

Procedeu-se à leitura da ata da última Assembleia municipal que foi aprovada por maioria com 24 votos a favor, 3 abstenções, por não terem estado presentes e 0 votos contra.

Ficou decidido em Assembleia que as atas passariam a constar da documentação que é enviada aquando da convocatória, pelo que nas Assembleias apenas se faria a sua discussão e aprovação.

Entrando no 1º ponto da ordem do dia iniciou-se a apreciação da informação escrita do Ex. Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade e a situação financeira do município.

Relativamente à atividade do Município o Sr. Presidente realçou alguns pontos:

- A sua concordância com a entrega das atas, aos membros da Assembleia, aquando do envio da documentação da convocatória.
- A sua satisfação na redução dos casos Covid, lembrando que a Câmara operacionalizou uma estratégia de acompanhamento e finalmente conseguiu ter acesso aos dados para poder agir atempadamente, através da equipa multidisciplinar implementada que continua a trabalhar.
- O centro distrital de vacinação que inicialmente o ACES colocou, tendo os municípios que agilizar o transporte para as pessoas. No entanto, a Câmara contratualizou um médico e submeteu ao ACES um pedido de aprovação de um centro de vacinação em Peso da Régua. Esclareceu, ainda, que a convocação das pessoas a serem vacinadas é da responsabilidade do ACES e toda a logística é assegurada pela Câmara Municipal. Ainda neste tema informou que o centro tem capacidade para vacinar entre 250 a 300 pessoas, por dia, podendo, com mais recursos, chegar-se às 600 pessoas.
- A isenção das taxas fixas de água e saneamento estendida a janeiro, fevereiro e março. Aproveitou para esclarecer o deputado Mário Janeiro que as entidades já têm tarifários próprios e que se está a avaliar a melhor forma de as poder ajudar.

- Uma reunião com a Ministra da Coesão, em conjunto com a CIM Douro, informando da disponibilidade de 17 milhões de euros por parte da CIM para serem colocados na atividade económica, distribuindo pelos concelhos. Ainda neste tema informou que foram a Lisboa apresentar um regulamento que só ainda não avançou pela existência, por parte do Governo, do Programa Apoiar Mais.

- Uma reunião com a ACIR para que se possa constituir uma equipa de trabalho para apoiar os comerciantes no usufruto de todos os apoios nacionais que existam, pois, captar investimento para o concelho, é uma forma de mitigar necessidades.

- Informou que o acordo de colaboração com o IHRU, no âmbito da Estratégia Local de Habitação, foi assinado informalmente e a sua cerimónia oficial de assinatura será no próximo dia 16 de março. Relembrou que esta estratégia vem complementar a intervenção que já está em obra em dois bairros sociais e vai entrar num terceiro, sendo que a mesma vai avançar pelo Hotel Vilhena, com o projeto já fechado e o lançamento, ainda este mês, do concurso. Informou ainda que há possibilidade de financiamento a 100% em grande parte do investimento e que é uma aposta clara na habitação social do concelho, com a resposta a 53 novos fogos, necessários para habitação social. Informou que em breve a Câmara iria contactar as pessoas a dar conhecimento desta oportunidade, nomeadamente no Bairro Branco, que tem habitação social, mas também moradores privados. Salientou que com o crescimento do alojamento local no concelho menos casas há para arrendamento e com esta estratégia também poderá haver condições para dinamizar o mercado de arrendamento. Ainda neste tema, deu nota de uma reunião com os Srs. Presidentes de junta para identificação de privados a associar nesta estratégia, no âmbito do 1º direito.

- Informou existirem contratos de investimento através da empresa das águas, para saneamento, remodelação das redes de água e eficiência energética, sendo que já está no tribunal de contas um investimento de cerca de 3 milhões de euros para eficiência hídrica.

- Comunicou que entre o investimento em obras já na rua e em vias de avançar estão em causa 13.800.000.00€ (treze milhões e oitocentos mil euros) onde não estão incluídos os 15 milhões da Estratégia Local de Habitação. Informou ainda que 85% do investimento no Hotel Vilhena já tem financiamento garantido em fundos comunitários.

- Discriminou outros investimentos em obras, tais como o alargamento em Godim da rua que vai para o cemitério e o arruamento entre a Casa do Povo de Godim e o Centro Escolar das Alagoas.

- Transmitiu que o processo das pavimentações já está em tribunal de contas para que se possa dar resolução a alguns problemas.
- Informou que se encontra assinado o posto de tele-saúde em Galafura para consultas com o centro de saúde e que a freguesia de Loureiro também se disponibilizou para criação de um outro posto, evitando a deslocação da população.
- Quanto à escola do rodo, agradeceu o trabalho da anterior direção e desejou sucesso para os novos elementos, recentemente eleitos.
- Informou que a 1ª fase da obra do Mercado Municipal está concluída e que atendendo ao financiamento que foi possível garantir do Hotel Vilhena é agora possível avançar com a 2ª fase do Mercado, cerca de 1.300.000,00€ (um milhão e trezentos mil euros) e que tem expectativa de a financiar em overbooking. Este será um espaço dinâmico com capacidade para 700 pessoas e que ficará disponível para a restauração e operadores turísticos que pretendam utilizar.
- Referiu o ponto de situação da obra da Quinta da Vacaria (hotel de 5 estrelas, com investimento de 10 milhões de euros) e o processo da Milnorte, onde os investidores continuam a trabalhar, mas existem dois projetos para aquele espaço, onde pode não haver compatibilidade entre eles, no entanto espera que se chegue a um entendimento.
- Comunicou que as Câmaras Municipais estão desiludidas com o Plano de Resiliência, pois havia expectativa de constar a linha do Douro, o IC 26 e o nó empresarial e os mesmos não constam, no entanto existe ainda a expectativa que possa haver a integração destes projetos estruturantes no Plano.

A CDU e o PS prescindiram da palavra.

O deputado do PSD Raúl Gonçalves agradeceu todo o trabalho desenvolvido pelo Sr. Presidente e o seu executivo, em prol dos interesses dos reguenses, apesar de todas as dificuldades sentidas, nomeadamente com a pandemia. Enaltece, ainda a Estratégia Local de Habitação, aprovada em dezembro, e já estar para assinar o acordo de financiamento de cerca de 15 milhões de euros para a habitação social do concelho. Por último, demonstrou-se agradado com a postura do executivo perante a pandemia, nomeadamente com a instalação do centro de rastreio e do centro de vacinação em Peso da Régua.

Tomou a palavra o Sr. Presidente que, dirigindo-se ao deputado Raúl Gonçalves, afirma que sempre teve como uma convicção o trabalho em prol dos reguenses e a sua motivação

é cada vez maior, principalmente após um plano e orçamento aprovado em Assembleia, sem votos contra.

Deu nota, ainda, que os Bairros propriedade do IHRU também estavam contemplados na Estratégia Local de Habitação, mas a pedido deles foram retirados. Informou aguardar que o IHRU cumpra a sua função de intervir nesses Bairros.

- Por último, enalteceu o trabalho recentemente realizado pelas forças de segurança.

Deu-se entrada no ponto 2 da ordem do dia, tendo a palavra o Sr. Presidente da Câmara que informou que ia apresentar os pontos 2 e 3 da ordem de trabalhos em conjunto. Apresentou esclarecimentos, dizendo que decorre da Lei que caso os empréstimos passem os 10% do Plano Plurianual e Investimentos a autorização para contratação dos mesmos tem de ser dada pela Assembleia Municipal. Sobre o investimento no Hospital, para o qual eram necessários os empréstimos em causa, informou que existiam duas áreas distintas, uma para o piso superior (área de convalescença, gerida pela Misericórdia, com 30 camas) e uma outra área para as USF, unidades de apoio complementar. Explicou, ainda, a melhor forma que se conseguiu para financiar o máximo possível na unidade de convalescença, que está garantido e que tem expectativa de poder acontecer o mesmo quanto às USF. O concurso está a decorrer e estão em causa mais de 3 milhões de euros, excluindo os equipamentos. Por último, informou que este empréstimo necessário se encontra excepcionado do endividamento, no entanto tem expectativa que possa vir a ser financiado.

Usou da palavra o deputado da CDU, António Serafim que teceu comentários de desagrado com o encerramento do Hospital, afirmando que a sua reabertura deveria ser da responsabilidade do Ministério da Saúde e não da Câmara Municipal.

O PS prescindiu da palavra.

Pelo PSD, o deputado Raúl Gonçalves afirmou aprovar a contratualização do empréstimo, parabenizando o Sr. Presidente pela realização dos seus compromissos eleitorais. Por último, dirigiu-se ao deputado António Serafim afirmando que não existe outra solução e pelo bem dos reguenses é bom que se avance assim.

O deputado da CDU responde que o assunto deveria ser mais debatido e discorda que a Santa Casa venha a gerir a área de convalescença.

Em resposta, o deputado do PSD, Raúl Gonçalves afirma que naturalmente cada um tem a sua opinião sobre o assunto e diz que gostava que os deputados do PS pudessem ser mais interventivos.

Tomou a palavra o Sr. Presidente para esclarecer o deputado Serafim que o processo foi sempre discutido na Assembleia e que todos gostaríamos que fosse o serviço nacional de saúde a assumir esta responsabilidade, no entanto se estivéssemos à espera, não estaríamos no ponto em que nos encontramos atualmente e não sairíamos do sítio. Diz, ainda, ao deputado António Serafim, que este não pode falar como se não tivesse nada que ver com o processo, que foi sempre aprovado por todos na Assembleia. Exige-lhe ainda, que este possa criticar o seu partido, a CDU, quando não vão de encontro a tudo o que se tem trabalhado até aqui. Ainda sobre o tema, fez uma retrospectiva histórica do processo, lembrando que a CDU viabilizou os últimos orçamentos de estado sem exigir que constasse a reabertura do Hospital de Peso da Régua e a sua resolução.

Posta à votação, foi a proposta aprovada, por maioria, com 27 votos a favor, 0 abstenções e 1 votos contra.

Dando entrada no ponto 3 da ordem do dia, e uma vez que já havia sido esclarecido pelo Sr. Presidente passou-se a palavra aos deputados, à qual todos os partidos prescindiram.

Posta à votação, foi a proposta aprovada, por maioria, com 26 votos a favor, 0 abstenções e 1 votos contra.

Quanto ao ponto 4 da ordem do dia, o Sr. Presidente esclarece que com a transferência para o SNC (Sistema de Normalização Contabilística) há normas que tinham de ser atualizadas.

Usou da palavra o deputado da CDU, António Serafim, que afirmou abster-se por não ter tido oportunidade de analisar o documento.

Tomou a palavra o deputado do PS, Luís Monteiro, destacando algumas sugestões de correção de gralhas no documento.

O Sr. Presidente afirmou ser um documento técnico e que obviamente há a possibilidade de corrigir alguma gralha que possa existir. Considera que todos os contributos para melhorar o documento são bem-vindos e as respetivas alterações podem ser feitas a qualquer momento.

Posta à votação, foi a proposta aprovada, por maioria, com 17 votos a favor, 11 abstenções e 0 votos contra.

Nada mais havendo a tratar, a Assembleia deliberou por unanimidade, estando presentes, vinte e oito dos Senhores Deputados, aprovar a presente ata, em minuta, para surtir efeitos imediatos, nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57º, do anexo I, da Lei n.º. 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelos membros da Mesa.